

**A. I. N°** - 180459.0067/07-8  
**AUTUADO** - JOVEMSHOP COMERCIAL LTDA.  
**AUTUANTE** - JOSÉ ALMIR LAGO DE MEDEIROS  
**ORIGEM** - INFAZ VAREJO  
**INTERNET** - 11/10/2007

### **3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

#### **ACÓRDÃO JJF N° 0331-03/07**

**EMENTA: ICMS. 1. DOCUMENTOS DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS. DME. a) OMISSÃO DE DADOS. b) FALTA DE ENTREGA. MULTA. Infrações não impugnadas. 2. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. ENTRADAS INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO.** Autuado comprova que houve equívoco no levantamento fiscal e que o imposto efetivamente devido foi recolhido na data prevista pela legislação. Infração insubsistente. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

#### **RELATÓRIO**

O Auto de Infração, lavrado em 24/07/2007, refere-se à exigência de R\$348,79 de ICMS, acrescido da multa de 50%, além de penalidades por descumprimento de obrigações acessórias no valor total de R\$480,28 em decorrência das seguintes irregularidades:

Infração 01: Omitiu entrada de mercadorias no estabelecimento nas Informações Econômico-Fiscais apresentadas através de Declaração do Movimento Econômico – DME (2004), sendo exigida a multa no valor de R\$250,28.

Infração 02: Deixou de apresentar informações econômico-fiscais através de DME (2005), sendo exigida a multa no valor de R\$230,00.

Infração 03: Efetuou recolhimento a menos do ICMS antecipação parcial, na condição de microempresa, referente às aquisições de mercadorias de outro Estado, nos meses de julho e dezembro de 2004. Valor do débito R\$348,79.

O autuado apresentou impugnação (fls. 74 a 76), informando inicialmente que nada tem a contestar quanto à exigência fiscal das infrações 01 e 02, razão pela qual providenciou o pagamento dos valores devidos. Em relação à infração 03, o defendente alega que nada deve, a apuração do autuante é decorrente de equívoco pelos seguintes motivos:

a) O total encontrado no mês de julho/2004, de R\$7.899,69, como sendo relativo a oito notas fiscais, apenas as três primeiras notas do demonstrativo elaborado pelo autuante (NFs 236867, 49452 e 67377) dizem respeito ao mês 07/2004, e as outras cinco relacionadas (NFs 742750, 38494, 7812, 7747 e 112228) se referem ao mês de agosto/2004, como se pode constatar no simples exame dos documentos fiscais acostados aos autos. Como as três notas fiscais do mês 07/2004 totalizam R\$4.121,73 o ICMS correspondente é de R\$700,69, que deduzida a quantia referente à soma dos créditos fiscais das três NFs (R\$414,33) encontra-se o montante devido, que é de apenas R\$286,36, valor que efetivamente foi recolhido, conforme constatou o autuante.

b) Quanto ao débito relativo ao mês 12/2004, no valor de R\$41,90, o autuado alega que não existe, porque o autuante foi induzido ao engano, tendo em vista que as duas notas fiscais correspondentes ao DAE no valor de R\$62,91 se referem ao mês de dezembro de 2004, foram emitidas em 03/12/2004 (NF 0005624) e 08/12/2004 (NF 338460). Diz que, por simples equívoco de

preenchimento, fez constar no referido DAE a referencia como sendo janeiro/2005, quando o correto era consignar como referência dezembro/2004. Desta forma, houve equívoco no preenchimento do DAE, motivo pelo qual, entende que não pode responder pelo imposto que já quitou no momento adequado. Finaliza, pedindo a exclusão do débito relativo à terceira infração.

O autuante, em sua informação fiscal à fl. 101 dos autos, diz que concorda com os argumentos apresentados pelo autuado, no que se refere à antecipação parcial.

## VOTO

De acordo com as razões de defesa, o autuado impugnou somente a infração 03, tendo informado que será recolhido o débito apurado nas infrações 01 e 02. Assim, considero procedentes os itens não contestados, haja vista que não existe controvérsia.

Infração 03: Trata da falta de recolhimento do imposto relativo à antecipação parcial das mercadorias adquiridas através de Notas Fiscais, conforme demonstrativos às fls. 06/07 dos autos.

Observo que as hipóteses em que deve ser feita a antecipação parcial do imposto são estabelecidas no art. 12-A da Lei 7.014/96:

*“Art. 12-A. Nas aquisições interestaduais de mercadorias para fins de comercialização, será exigida antecipação parcial do imposto, a ser efetuada pelo próprio adquirente, independentemente do regime de apuração adotado, mediante a aplicação da alíquota interna sobre a base de cálculo prevista no inciso III do art. 23, deduzido o valor do imposto destacado no documento fiscal de aquisição”.*

O autuado alegou em sua defesa que constatou erros no levantamento fiscal tendo em vista que o autuante considerou no mês de julho de 2004 cinco notas fiscais referentes ao mês de agosto/2004, conforme comprovam os documentos fiscais às fls. 41 a 45 do PAF. Assim, computando-se apenas as três notas fiscais do mês de julho (fls. 36 a 39), o imposto devido é igual ao valor recolhido, constante do demonstrativo do autuante à fl. 07.

Quanto ao mês de dezembro de 2004, o autuado alega e está comprovado no DAE à fl. 85, que as notas fiscais objeto da autuação foram incluídas no pagamento do mencionado DAE, efetuado em 25/01/2005, constando, por equívoco, com mês de referência 01/2005.

Analisando os documentos acostados ao presente processo, o autuante concluiu que assiste razão ao defendente, e por isso, informou que concorda com os argumentos apresentados pelo autuado, no que se refere à antecipação parcial.

Entendo que deve ser acatada a alegação defensiva, considerando elidida a exigência da antecipação parcial, e por isso, não é devido o imposto apurado nesta infração 03.

Considerando que efetivamente houve equívoco do autuante em relação às notas fiscais que foram computadas em meses errados, recomenda-se que seja refeito o levantamento fiscal para que seja apurado se existe imposto a ser recolhido nos meses que não foram objeto do presente lançamento.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 180459.0067/07-8, lavrado contra **JOVEMSHOP COMERCIAL LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o

pagamento da multa no valor total de **RS480,28**, prevista no art. 42, incisos XII-A e XVII, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios de acordo com o previsto pela Lei 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 03 de outubro de 2007

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – PRESIDENTE/RELATOR

OSMIRA FREIRE DE CARVALHO RIBEIRO DA SILVA - JULGADORA

OLAVO JOSÉ GOUVEIA OLIVA - JULGADOR